

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1990/91

batata de inverno, cana-de-açúcar, feijão de inverno, trigo, frutas

Antonio Ambrósio Amaro, Hiroshige Okawa, José Roberto da Silva, Luiz Carlos Miranda, Luis Henrique Perez, Malímiria Norico Otani, Maria Auxiliadora de Carvalho, Maria Célia Martins de Souza, Marli Dias Mascarenhas, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Regina Junko Yoshii, Waldemar Pires de Camargo Filho(1)

1 - INTRODUÇÃO

Diante da necessidade de amortecer os efeitos da grave situação que a economia brasileira atravessa e reverter a tendência de queda na produção agrícola, em particular de alimentos básicos, o Governo tem adotado várias medidas para procurar incentivar o plantio, a partir da safra de inverno que está se iniciando. Dentre outras, merecem ser apontadas, no âmbito do Estado de São Paulo, a redução das alíquotas de ICMS sobre máquinas agrícolas e alguns bens de capital e o diferimento desse imposto sobre insumos agrícolas, eliminando dessa forma a bitributação que vinha ocorrendo desde meados de 1989.

Na esfera federal, podem ser assinaladas: a divulgação antecipada e oportuna do montante de recursos previstos para aplicação na agricultura na safra 1991/92 e o programa de desburocratização do crédito rural com o objetivo de estimular os financiamentos das próximas safras.

A fim de fornecer informações atualizadas e subsidiar a tomada de decisão pelos produtores, bem como pelos formuladores de política agrícola, é apresentada neste documento uma análise das culturas de inverno de feijão, batata e trigo, plantios que ocorrerão após as alterações na economia

brasileira impostas pelo Plano Collor II e cujos efeitos já vêm sendo sentidos na comercialização dos produtos das safras das águas e da seca.

Observe-se que os plantios da safra de inverno em 1990 ocorreram num ambiente de quase total incerteza, logo depois da edição do Plano Collor I, enquanto que os atuais, após um novo Plano de Estabilização Econômica, serão efetuados num cenário de redução da demanda agregada e de tabelamento de preços para diversos produtos o que deverá influenciar as decisões de plantio. No caso do trigo, a semeadura está sendo feita num período de mudança radical no sistema de comercialização e as pesquisas iniciais indicam drásticas reduções de área a ser cultivada e que, se forem confirmadas, elevarão as necessidades de sua importação em 1992. Outrossim, uma primeira avaliação dos resultados financeiros que vêm sendo obtidos pelos produtores na safra 1990/91 aponta no sentido de uma significativa queda da receita bruta.

Outros assuntos tratados neste número do Prognóstico Agrícola 1990/91 referem-se ao financiamento agrícola e análises de situação da cana-de-açúcar e frutas.

(1) Técnicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

2 - FINANCIAMENTO DA SAFRA DE INVERNO

A demanda por recursos para financiamento da agricultura é sazonal e fortemente concentrada em duas fases do ano: no plantio e na comercialização da safra de verão. Para as Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, a etapa mais crítica corresponde ao trimestre setembro-novembro, quando é definido o plantio da safra, seguindo-se o trimestre março-maio, quando se dá sua comercialização.

Dificuldades maiores na etapa de comercialização acontecem em anos de safras abundantes, quando os preços dos produtos declinam e os agricultores são compelidos a recorrer aos mecanismos oficiais, especialmente à política de garantia de preços mínimos para tentar amortecer a queda no preço. A comercialização da safra 1990/91 não tem se mostrado problemática nesse sentido. A produção, estimada em 58 milhões de toneladas, não constitui safra abundante e os preços estão relativamente compensadores para os agricultores. Ademais, os preços mínimos congelados ao nível de janeiro não representam estímulos suficientes para vendas ao Governo.

Normalmente, o Tesouro Nacional reserva uma certa dotação de recursos para a comercialização, que somada a outras fontes, como a caderneta verde, exigibilidade dos bancos privados, retornos dos financiamentos de custeio, etc., devem atender à demanda de crédito nessa etapa. Para o primeiro semestre de 1991 estava previsto que a participação do Tesouro deveria se restringir apenas aos retornos de aplicações anteriores. Os ressarcimentos pelos recursos do custeio estão acontecendo normalmente e, aparentemente, sendo suficientes, uma vez que não se constata queixas expressivas por parte dos representantes do setor, com

exceção dos da Região Sul, onde se perdeu grande parte da safra de verão 1990/91 e os produtores estão com dificuldade de iniciar o cultivo do trigo e outras lavouras de inverno.

Em períodos de normalidade, o financiamento da safra de inverno não representa estrangulamento, visto que, grande parte dos produtores que produzem duas ou três safras por ano tem condições de se autofinanciar. Além disso, mesmo os que se encontram descapitalizados podem recorrer à rede bancária que, somente com os recursos das exigibilidades, têm condições de atendê-los, dada a pequena demanda nessa época do ano.

A maior demanda por recursos para custeio se dá quando a safra agrícola anterior é reduzida, particularmente se decorrente de graves adversidades climáticas. Neste caso, a capacidade de autofinanciamento dos produtores fica comprometida e, para protelar os compromissos assumidos e financiar a nova safra, são obrigados a recorrer à rede bancária em busca de crédito rural. Esse é, no momento, o problema dos agricultores da Região Sul do País.

No início de maio de 1991, o Governo Federal anunciou recursos para crédito rural para o corrente ano, sem previsão do montante a ser destinado para a safra de inverno. Mesmo assim, admite-se que os agricultores não encontrarão dificuldades para financiar suas lavouras, até porque, nessa época do ano, os recursos da exigibilidade permitem atender a demanda.

Para o Estado de São Paulo, por exemplo, supondo que 50% da safra prevista de trigo e feijão de inverno sejam financiados pelos Valores Básicos de Custeio (VBC) estabelecidos, o volume de recursos necessário seria da

ordem de Cr\$5,8 bilhões que, em condições normais, a rede bancária é capaz de suprir com os próprios recursos da exigibilidade (quadro 1).

A dificuldade para o financiamento da safra de inverno não é obter recursos para o custeio, mas advém da insegurança quanto à evolução da Taxa de Juros Referencial (TR) mensal, que adicionada às taxas de juros de 9% e 12% a.a., compõem os encargos financeiros. Esse problema existe para todas as safras e, no momento, é agravado pelas regras da política agrícola, que têm mantido os VBCs e os Preços Mínimos de garantia congelados, enquanto se mantém uma evolução ascendente dos preços da economia, evidenciada pela própria TR.

A questão do financiamento é considerada mais problemática se analisada pelo lado da expansão das culturas. Esse problema não é exclusividade da safra de inverno, mas de toda a economia brasileira. De há muito, recursos para investimento têm se mostrado escassos dada a condução da política macroeconômica voltada

para tentativas de solução de problemas de curto prazo. Todavia, a elevada insegurança frente ao desempenho da economia vem inibindo as decisões de investimento em todos os setores.

Ao nível do setor agrícola, algumas alternativas vêm sendo buscadas, no sentido de dar maior sustentação e reduzir os ônus financeiros. Nessa linha, merece destaque o FINAME que a partir de 1991 ampliou para pessoas físicas os financiamentos de crédito de investimento do BNDES. As condições operacionais estabelecem a participação máxima do BNDES a 50% do valor do investimento, juro mínimo de 9% a.a., e "spread" de até 3% para o agente financeiro, atualização monetária pela TR e prazo para pagamento que varia de seis a dez anos, com períodos de carência em função da atividade a ser contemplada.

O programa de desburocratização do crédito rural parece, também, como uma medida alternativa para estimular os financiamentos das próximas safras. A partir de abril, o agricultor ficou dispensado de apresentar

QUADRO 1. - Necessidade de Recursos para Financiamento da Safra de Inverno, São Paulo, 1991

Produto	Área(1) (ha)	VBC(2) (Cr\$/ha)	Recursos necessários (Cr\$1.000)(3)			
			20%	30%	40%	50%
Feijão	108.600	38.305	831.985	1.247.977	1.663.969	2.079.962
Trigo	185.400	39.960	1.481.717	2.222.575	2.963.434	3.704.292
Total			2.313.701	3.470.552	4.627.403	5.784.254

(1) Área cultivada em 1990.

(2) Valor Básico de Custeio (VBC) - para trigo, produtividade de 1.620kg/ha; para feijão, faixa de produtividade entre 701 e 900kg/ha.

(3) Supondo diferentes porcentagens da área cultivada financiadas integralmente com base no VBC.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Conselho Monetário Nacional.

nota fiscal de compra de insumos ao agente financeiro, permanecendo obrigatória apenas no financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, e deve ser realizada 30 dias após a liberação do crédito. Além disso, o dinheiro de qualquer tipo de financiamento passa a ser entregue diretamente ao agricultor, o que aumenta seu poder de barganha frente aos fornecedores.

Também no início de maio foi divulgado pelo Governo Federal o volume de recursos previstos para a agricultura, na safra 1991/92, da ordem de Cr\$900 bilhões que, em função da reduzida liquidez do setor na safra passada, parece elevado. Entretanto, esse valor, correspondente a aproximadamente US\$3,4 bilhões, é inferior ao anunciado para custeio e comercialização da safra passada (de US\$5,4 bilhões). A vantagem do momento é a divulgação da disponibilidade de recursos em época oportuna. Note-se que no ano passado, a divulgação se deu com atraso e a liberação efetiva foi inferior ao previsto.

Ao divulgar o montante de recursos, o Executivo Federal demonstrou a pretensão de atingir na próxima colheita 100 milhões de toneladas de grãos. Esse prognóstico é muito otimista se se considerar que em 1988, apenas para o custeio foi destinado o montante de US\$5,2 bilhões e o total de recursos para financiamento da agricultura foi da ordem de US\$8,2 bilhões. Sabe-se que a safra 1988/89 foi recorde em termos de produção (70 milhões de toneladas).

O Governo do Estado de São Paulo também tem buscado alternativas que evidenciam, inclusive, a preocupação de romper o monopólio do Governo Federal criando políticas independentes ao nível de Estado. Em abril, foram noticiados diversos programas nesse sentido.

No que diz respeito a financiamentos, foi anunciada a abertura de uma linha de crédito do BANESPA para pequenos produtores da ordem de Cr\$15,3 bilhões e outra de Cr\$14,5

bilhões para aquisição de equipamentos e custeio das lavouras, tendo boa parcela já sido aplicada nas culturas de inverno. Foi apresentada também a perspectiva de complementariedade do FINAME agrícola até o limite de 35% do valor de financiamento. O Governo vem estudando também a criação de um sistema estadual de garantia de preços para os produtos básicos de alimentação e o aperfeiçoamento do programa de seguro agrícola.

No esforço de estimular a iniciativa privada e atendendo reivindicações dos setores agrícola e industrial, o Governo do Estado de São Paulo anunciou redução das alíquotas do ICMS sobre máquinas agrícolas e outros bens de capital e permitiu o diferimento desse imposto sobre os insumos agrícolas, que até meados de 1989 eram isentos.

Todo esse conjunto de medidas demonstra a preocupação em amortecer os efeitos da grave crise que a economia brasileira atravessa. Nada pior para uma economia em crise que uma safra ruim; mais ainda se suceder a outra insuficiente como a que está sendo colhida.

ordem de Cr\$5,8 bilhões que, em condições normais, a rede bancária é capaz de suprir com os próprios recursos da exigibilidade (quadro 1).

A dificuldade para o financiamento da safra de inverno não é obter recursos para o custeio, mas advém da insegurança quanto à evolução da Taxa de Juros Referencial (TR) mensal, que adicionada às taxas de juros de 9% e 12% a.a., compõem os encargos financeiros. Esse problema existe para todas as safras e, no momento, é agravado pelas regras da política agrícola, que têm mantido os VBCs e os Preços Mínimos de garantia congelados, enquanto se mantém uma evolução ascendente dos preços da economia, evidenciada pela própria TR.

A questão do financiamento é considerada mais problemática se analisada pelo lado da expansão das culturas. Esse problema não é exclusividade da safra de inverno, mas de toda a economia brasileira. De há muito, recursos para investimento têm se mostrado escassos dada a condução da política macroeconômica voltada

para tentativas de solução de problemas de curto prazo. Todavia, a elevada insegurança frente ao desempenho da economia vem inibindo as decisões de investimento em todos os setores.

Ao nível do setor agrícola, algumas alternativas vêm sendo buscadas, no sentido de dar maior sustentação e reduzir os ônus financeiros. Nessa linha, merece destaque o FINAME que a partir de 1991 ampliou para pessoas físicas os financiamentos de crédito de investimento do BNDES. As condições operacionais estabelecem a participação máxima do BNDES a 50% do valor do investimento, juro mínimo de 9% a.a., e "spread" de até 3% para o agente financeiro, atualização monetária pela TR e prazo para pagamento que varia de seis a dez anos, com períodos de carência em função da atividade a ser contemplada.

O programa de desburocratização do crédito rural parece, também, como uma medida alternativa para estimular os financiamentos das próximas safras. A partir de abril, o agricultor ficou dispensado de apresentar

QUADRO 1. - Necessidade de Recursos para Financiamento da Safra de Inverno, São Paulo, 1991

Produto	Área(1) (ha)	VBC(2) (Cr\$/ha)	Recursos necessários (Cr\$1.000)(3)			
			20%	30%	40%	50%
Feijão	108.600	38.305	831.985	1.247.977	1.663.969	2.079.962
Trigo	185.400	39.960	1.481.717	2.222.575	2.963.434	3.704.292
Total			2.313.701	3.470.552	4.627.403	5.784.254

(1) Área cultivada em 1990.

(2) Valor Básico de Custeio (VBC) - para trigo, produtividade de 1.620kg/ha; para feijão, faixa de produtividade entre 701 e 900kg/ha.

(3) Supondo diferentes porcentagens da área cultivada financiadas integralmente com base no VBC.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Conselho Monetário Nacional.

nota fiscal de compra de insumos ao agente financeiro, permanecendo obrigatória apenas no financiamento de veículos, máquinas e equipamentos, e deve ser realizada 30 dias após a liberação do crédito. Além disso, o dinheiro de qualquer tipo de financiamento passa a ser entregue diretamente ao agricultor, o que aumenta seu poder de barganha frente aos fornecedores.

Também no início de maio foi divulgado pelo Governo Federal o volume de recursos previstos para a agricultura, na safra 1991/92, da ordem de Cr\$900 bilhões que, em função da reduzida liquidez do setor na safra passada, parece elevado. Entretanto, esse valor, correspondente a aproximadamente US\$3,4 bilhões, é inferior ao anunciado para custeio e comercialização da safra passada (de US\$5,4 bilhões). A vantagem do momento é a divulgação da disponibilidade de recursos em época oportuna. Note-se que no ano passado, a divulgação se deu com atraso e a liberação efetiva foi inferior ao previsto.

Ao divulgar o montante de recursos, o Executivo Federal demonstrou a pretensão de atingir na próxima colheita 100 milhões de toneladas de grãos. Esse prognóstico é muito otimista se se considerar que em 1988, apenas para o custeio foi destinado o montante de US\$5,2 bilhões e o total de recursos para financiamento da agricultura foi da ordem de US\$8,2 bilhões. Sabe-se que a safra 1988/89 foi recorde em termos de produção (70 milhões de toneladas).

O Governo do Estado de São Paulo também tem buscado alternativas que evidenciam, inclusive, a preocupação de romper o monopólio do Governo Federal criando políticas independentes ao nível de Estado. Em abril, foram noticiados diversos programas nesse sentido.

No que diz respeito a financiamentos, foi anunciada a abertura de uma linha de crédito do BANESPA para pequenos produtores da ordem de Cr\$15,3 bilhões e outra de Cr\$14,5

bilhões para aquisição de equipamentos e custeio das lavouras, tendo boa parcela já sido aplicada nas culturas de inverno. Foi apresentada também a perspectiva de complementariedade do FINAME agrícola até o limite de 35% do valor de financiamento. O Governo vem estudando também a criação de um sistema estadual de garantia de preços para os produtos básicos de alimentação e o aperfeiçoamento do programa de seguro agrícola.

No esforço de estimular a iniciativa privada e atendendo reivindicações dos setores agrícola e industrial, o Governo do Estado de São Paulo anunciou redução das alíquotas do ICMS sobre máquinas agrícolas e outros bens de capital e permitiu o diferimento desse imposto sobre os insumos agrícolas, que até meados de 1989 eram isentos.

Todo esse conjunto de medidas demonstra a preocupação em amortecer os efeitos da grave crise que a economia brasileira atravessa. Nada pior para uma economia em crise que uma safra ruim; mais ainda se suceder a outra insuficiente como a que está sendo colhida.

3 - ANÁLISE DE PRODUTOS

-BATATA DE INVERNO

A produção brasileira de batata, em 1991, está estimada em cerca de 2,2 milhões de toneladas que serão produzidos em 157.000 hectares cultivados. A produtividade média no Brasil gira em torno de 14t/ha. A produção deste ano será proporcional à do ano anterior com diferenças de comportamento entre os cultivos das águas, da seca e do inverno.

A produção brasileira ocorre predominantemente no Centro-Sul do País e o maior cultivo é o das águas, conseqüentemente com preços mais baixos, de novembro a abril sendo produzido em todos os estados. O cultivo da seca é realizado com predominância em Minas Gerais, São Paulo e Paraná e o de inverno em regiões específicas de Minas Gerais e São Paulo. A produção da seca de 1991, cuja colheita vai de maio a julho, é menor que a do ano passado em razão dos preços baixos

observados até janeiro. Em São Paulo, a retração foi de 11%, conforme levantamento realizado em fevereiro. No entanto, o cultivo de inverno será expandido em razão dos preços estimuladores verificados em março e abril. Essa expansão deverá ser maior que 10% podendo-se prever que a produção paulista ultrapassará 170.000 toneladas que serão colhidos de julho a outubro.

Em 1990, os preços reais de batata, inclusive pela influência do Plano Brasil Novo e do volume de safra, mantiveram-se estáveis, sofrendo elevação brusca em setembro e outubro, em razão da geada ocorrida no final de julho. Os preços em dezembro e janeiro apresentaram-se baixos, com grande quantidade ofertada e pouca qualidade. A partir de fevereiro, houve pequeno aumento de preços. No entanto, as chuvas torrenciais registradas em março elevaram os preços de tubérculo em todos os níveis de comercialização (quadro 2).

QUADRO 2. - Preços Médios de Batata em São Paulo, em Três Níveis de Comercialização, 1991

Mês	Produtor (Cr\$/60kg)	Atacado(1) (Cr\$/60kg)	Varejo(2) (Cr\$/kg)
Janeiro	3.680,09	3.557,00	124,00
Fevereiro	3.877,79	3.990,00	132,46
Março	5.001,27	5.753,00	157,92
Abril(3)	9.295,00	8.509,00	285,97

- (1) Zona cerealista.
 (2) Cidade de São Paulo.
 (3) Dados preliminares.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

No mercado varejista paulista no, o aumento de preços ao consumidor de fevereiro para março foi de 18%, enquanto que de março para abril chegou a 81%. O mercado firme da batata ocorre de abril a setembro, podendo-se prever que os níveis de preços atuais permanecerão até o final do inverno, sendo abastecido por produtos de Minas Gerais, Paraná e São Paulo nesse período.

O custo de produção da batata de inverno foi estimado pelo Instituto

de Economia Agrícola (IEA) em Cr\$4.061,82/sc.60kg. Esta cifra é 37% superior ao custo da batata da seca realizado em fevereiro e 470% superior à safra do ano anterior.

O montante exigido por hectare no cultivo é de Cr\$1.827.820,11/hectare com produtividade de 27t/ha. O item que mais subiu e que teve maior participação foi semente (47,68%); em seguida, aparecem adubo e defensivos (quadro 3).

QUADRO 3. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Batata de Inverno, Tracção Motomecanizada, Produção de 450sc.60kg, por Hectare, DIRA de Sorocaba, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

Item	Em cruzeiro(1)		Participação percentual (%)
	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	32.276,00	71,72	1,77
Sementes	871.500,00	1.936,67	47,68
Adubos e corretivos	199.828,60	444,06	10,93
Defensivos	200.031,50	444,51	10,94
Operação de máquinas	157.786,57	350,64	8,63
Empreita (2)	52.000,00	115,56	2,84
Outros (3)	130.500,00	290,00	7,14
Custo operacional efetivo	1.643.922,67	3.653,16	89,94
Depreciação de máquinas	97.591,50	216,87	5,34
Encargos financeiros	86.305,94	191,79	4,72
Custo operacional total	1.827.820,11	4.061,82	100,00

(1) Em valores da segunda quinzena de abril de 1991.

(2) Refere-se à colheita feita por empreita.

(3) Refere-se à despesa com sacaria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

-CANA-DE-AÇÚCAR

A colheita de cana-de-açúcar, safra industrial 1991/92, deverá se iniciar em algumas usinas/destilarias do Estado de São Paulo, a partir da segunda quinzena de maio. No entanto, na grande maioria delas começa-se a colher oficialmente a partir de junho.

Na realidade, as unidades que iniciarão o corte antecipadamente são aquelas que possuem um bom planejamento de plantio no qual estão incluídas áreas com variedades precoces. Além disso, o clima foi favorável para a cultura na fase de pré-colheita

(chuvvas intercaladas com calor), o que propicia atingir mais cedo o amadurecimento da planta e os produtores terem condições de obter receitas antecipadas.

Segundo dados da Associação das Indústrias de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (AIAA), a produção total de açúcar e de álcool na safra de 1990/91 foram de, respectivamente, 7,33 milhões de toneladas e 11,8 bilhões de litros. Esses dados, comparados com as respectivas produções autorizadas para a safra, mostram que a produção efetiva de álcool ficou 6,3% aquém da autorizada (de 12,6 bilhões de litros) e a de açúcar ultrapassou em 29% a previsão de 5,69 milhões de toneladas (quadro 4).

QUADRO 4. - Produção Efetiva e Autorizada de Açúcar e Alcool, São Paulo, Regiões Seleccionadas e Brasil, 1990/91

Região	Produção efetiva	Produção autorizada
Açúcar (milhão de t)		
Brasil	7,33	5,69
Centro-Sul	4,51	4,19
Norte-Nordeste	2,82	1,50
São Paulo	3,47	3,07
Alcool (bilhão de litros)		
Brasil	11,79	12,58
Centro-Sul	9,99	10,39
Norte-Nordeste	1,80	2,19
São Paulo	7,96	8,14

Fonte: Associação das Indústrias de Açúcar e Alcool do Estado de São Paulo (AIAA).

Para a safra 1991/92, as estimativas de produção de cana, açúcar e álcool, fornecidas pela AIAA ao Departamento de Assuntos Sucro-Alcooleiros da Secretaria de Desenvolvimento Regional da Presidência da República revelam uma expectativa de produção de álcool idêntica a efetivamente obtida na safra passada, enquanto a de açúcar deverá superar em 8,0% a produção efetiva do ano anterior (quadro 5).

Embora a produção total de álcool da safra 1990/91 (11,79 bilhões de litros) tenha sido 0,5% menor que a da safra 1989/90 (11,85 bilhões de litros), no decorrer do ano civil de 1990 o consumo foi 9,4% menor do que em 1989 em função da mistura de metanol ao álcool hidratado, medida emergencial adotada com o objetivo de se evitar um colapso na oferta do produto.

Atualmente, com a continuidade da medida, conseguiu-se formar um estoque total de álcool da ordem de 1,9 bilhão de litros, quantidade considerada suficiente para suprir o mercado até o início da nova safra.

Espera-se moer nesta safra 235 milhões de toneladas de cana-de-

açúcar, representando uma produção global pelo menos 5% maior do que a passada. Esse resultado será propiciado, principalmente, pelo clima bastante favorável verificado no período antecedente à colheita devendo provocar um acréscimo no rendimento industrial devido ao aumento do teor de sacarose.

Adicionalmente, a remuneração ao produtor tem sido favorável. De fevereiro de 1990 a fevereiro de 1991, os preços da matéria-prima, que se encontram congelados, apresentaram um ganho real de 59%, passando de Cr\$255,91 para Cr\$3.158,66 a tonelada, na esteira da usina. Por outro lado, a média do custo de produção da tonelada de cana-de-açúcar, para quatro cortes, calculado pelo IEA mostra que na DIRA de Campinas não houve aumento real, adotando-se como base o IGP da FGV, no período de maio de 1990 a abril de 1991. Para a DIRA de Ribeirão Preto, os dados revelam aumento real de 6,7%, com média de custos mais elevada (Cr\$2.209,71) do que na de Campinas (Cr\$2.069,56) (quadros 6 a 9).

O Estado de São Paulo, segundo previsões do AIAA, deverá responder

QUADRO 5. - Estimativa de Produção de Cana-de-Açúcar e Álcool, São Paulo, Regiões Selecionadas e Brasil, 1991/92

Região	Cana-de-açúcar (milhão de t)	Açúcar (milhão de t)	Álcool (bilhão de l)
Brasil	235	7,9	11,7
Centro-Sul	175	4,9	10,0
Norte-Nordeste	60	3,0	1,7
São Paulo	132	3,9	8,0

Fonte: Associação das Indústrias de Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (AIAA).

QUADRO 6. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar, Plantio, Tração Motomecanizada, DIRA de Campinas, Produtividade de 95t/ha, e DIRA de Ribeirão Preto, Produtividade de 100t/ha, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

Item	DIRA de Campinas			DIRA de Ribeirão Preto		
	Em cruzeiro(1)		Participação percentual (%)	Em cruzeiro(1)		Participação percentual (%)
	Por hectare	Por tonelada		Por hectare	Por tonelada	
Mão-de-obra	18.936,84	199,34	6,42	15.542,38	155,42	5,36
Adubos e corretivo	49.930,80	525,59	16,92	46.818,40	468,18	16,14
Defensivos	14.824,00	156,04	5,02	5.154,70	51,55	1,78
Operação de máquinas	96.189,70	1.012,52	32,59	91.504,39	915,04	31,54
Empreita(2)	17.127,00	180,28	5,80	17.514,59	175,15	6,04
Outros(3)	31.540,48	332,01	10,69	47.695,36	476,95	16,44
Custo operacional efetivo	228.548,82	2.405,78	77,45	224.229,82	2.242,30	77,30
Depreciação de máquinas	39.134,43	411,94	13,26	38.940,62	389,41	13,42
Encargos financeiros	27.425,86	288,69	9,29	26.907,58	269,08	9,28
Custo operacional total	295.109,11	3.106,41	100,00	290.078,02	2.900,78	100,00

(1) Em valores da segunda quinzena de abril de 1991.

(2) Refere-se a despesas com corte empreitado.

(3) Refere-se a despesas com mudas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 7. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura da Cana-de-Açúcar, 2o. Corte, Tração Motomecanizada, DIRA de Campinas, Produtividade de 75t/ha, e DIRA de Ribeirão Preto, Produtividade de 78t/ha, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

Item	DIRA de Campinas			DIRA de Ribeirão Preto		
	Em cruzeiro(1)		Participação percentual (%)	Em cruzeiro(1)		Participação percentual (%)
	Por hectare	Por tonelada		Por hectare	Por tonelada	
Mão-de-obra	8.478,16	113,04	7,43	6.527,53	83,69	4,69
Adubos e corretivo	22.400,00	298,67	19,63	41.096,64	526,88	29,55
Defensivos	6.370,00	84,93	5,58	10.294,20	131,98	7,40
Operação de máquinas	37.736,68	503,16	33,06	38.586,64	494,70	27,74
Outros(2)	12.865,60	171,54	11,27	12.966,16	166,23	9,32
Custo operacional efetivo	87.850,44	1.171,34	76,97	109.471,17	1.403,48	78,71
Depreciação de máquinas	15.744,17	209,92	13,79	16.477,47	211,25	11,85
Encargos financeiros	10.542,05	140,56	9,24	13.136,54	168,42	9,44
Custo operacional total	114.136,67	1.521,82	100,00	139.085,18	1.783,14	100,00

(1) Em valores da segunda quinzena de abril de 1991.

(2) Refere-se a despesas com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 8. - Estimativa de Custo Operacional da Cana-de-Açúcar, 3o. Corte, Tração Motomecanizada, DIRA de Campinas, Produtividade de 67t/ha, e DIRA de Ribeirão Preto, Produtividade de 65t/ha, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

Item	DIRA de Campinas			DIRA de Ribeirão Preto		
	Em cruzeiro(1)		Participação percentual (%)	Em cruzeiro(1)		Participação percentual (%)
	Por hectare	Por tonelada		Por hectare	Por tonelada	
Mão-de-obra	7.949,44	128,22	7,62	5.961,04	91,71	4,59
Adubos e corretivo	22.400,00	361,29	21,48	41.096,64	632,26	31,63
Defensivos	6.370,00	102,74	6,11	10.291,90	158,34	7,92
Operação de máquinas	33.329,30	537,57	31,97	34.809,82	535,54	26,80
Outros(2)	10.689,80	172,42	10,25	10.774,70	165,76	8,29
Custo operacional efetivo	80.738,54	1.302,23	77,44	102.934,10	1.583,60	79,23
Depreciação de máquinas	13.834,62	223,14	13,27	14.623,86	224,98	11,26
Encargos financeiros	9.688,62	156,27	9,29	12.352,09	190,03	9,51
Custo operacional total	104.261,79	1.681,64	100,00	129.910,05	1.998,62	100,00

(1) Em valores da segunda quinzena de abril de 1991.

(2) Refere-se a despesas com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 9. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Cana-de-Açúcar, 4o. Corte, Tração Motomecanizada, DIRA de Campinas, Produtividade de 52t/ha, e DIRA de Ribeirão Preto, Produtividade de 60t/ha, Estado de São Paulo, Safra 1990/91

Item	DIRA de Campinas			DIRA de Ribeirão Preto		
	Em cruzeiro(1)		Participação percentual (%)	Em cruzeiro(1)		Participação percentual (%)
	Por hectare	Por tonelada		Por hectare	Por tonelada	
Mão-de-obra	7.949,44	152,87	7,77	5.961,04	99,35	4,61
Adubos e corretivo	22.400,00	430,77	21,88	41.096,64	684,94	31,76
Defensivos	6.370,00	122,50	6,22	10.442,50	174,04	8,07
Operação de máquinas	33.329,30	640,95	32,56	34.809,82	580,16	26,91
Outros(2)	8.987,00	172,83	8,78	9.952,90	165,88	7,69
Custo operacional efetivo	79.035,74	1.519,92	77,22	102.262,90	1.704,38	79,04
Depreciação de máquinas	13.834,62	266,05	13,52	14.844,18	247,40	11,47
Encargos financeiros	9.484,29	182,39	9,27	12.271,55	204,53	9,48
Custo operacional total	102.354,65	1.968,36	100,00	129.378,63	2.156,31	100,00

(1) Em valores da segunda quinzena de abril de 1991.

(2) Refere-se a despesas com corte empreitado.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

por cerca de 56% da produção total de cana-de-açúcar, com 132 milhões de toneladas. Contudo, segundo dados preliminares do IEA, a produção da safra agrícola de 1990/91, que fornecerá a matéria-prima para a safra industrial 1991/92, aponta uma produção de cerca de 141 milhões de toneladas, o que poderá permitir ultrapassar as metas estabelecidas de produção de açúcar e álcool.

-FEIJÃO DE INVERNO

A cultura do feijão no Brasil, um dos quatro maiores produtores mundiais, além de sujeita a ataques de pragas, doenças e ocorrências climáticas desfavoráveis, vem sofrendo intermitentemente de políticas agrícolas mal definidas.

Desde 1986, com a implantação do "Plano Cruzado" para estabilização econômica, outro componente - o tabelamento de preços ao nível de varejo - passou a pertencer ao rol de preocupações dos produtores de feijão, induzindo-os a tomarem decisões de plantio contraditórias com suas expectativas e predatórias ao desenvolvimento racional da atividade.

O primeiro tabelamento, por exemplo, realizando em março de 1986, contemplou quatro importantes variedades de feijão (carioquinha, jalo, roxinho e preto). O feijão preto por ter sido tabelado a um menor preço relativo passou a representar um problema de abastecimento, pois os produtores, sentindo-se desestimulados, reduziram sua área de cultivo, enquanto os tradicionais consumidores se viram compelidos a buscar outras alternativas, desequilibrando também o nível de oferta e demanda das demais variedades.

Os tabelamentos perpetrados pelos Planos Collor I e II apresentaram distorções ainda mais graves. Assim, a tabela da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB) em

março de 1990 não levou em consideração a importância comercial das variedades, visto que o feijão jalo, tradicionalmente mais caro, foi tabelado a um preço (Cr\$35,00/kg) menor que o do carioquinha (Cr\$42,00/kg).

Em fevereiro de 1991 (Plano Collor II) surgiu outra aberração em termos de tabelamento e de intervenção na relação de equilíbrio de mercado, quando o feijão carioquinha, que vinha sendo oferecido ao consumidor a preços de promoção (o produto estava sendo utilizado como chamariz pelas grandes redes de supermercados ao invés do arroz, cuja oferta estava reprimida) foi, erroneamente, tabelado a Cr\$150,00/kg (quadro 10).

A média entre os preços reais tabelados pelos Planos Collor I e II para o feijão carioquinha no varejo representava, em abril de 1991, apenas 58% do preço real da tabela do Plano Cruzado. Essa significativa diferença está resultando em diversas consequências desfavoráveis para o produtor de feijão, que, em 1990, recebeu, em média, Cr\$8.194,37/sc. de 60kg de feijão carioquinha, em valores de abril de 1991, representando apenas 68% do preço médio recebido no período 1987-89 (quadro 11).

O consumidor, por outro lado, não está sendo beneficiado com essa perda relativa do produtor, uma vez que a redução de oferta aquece os preços sem que haja preocupação, de parte dos agentes de comercialização, em oferecer produto de melhor qualidade, pois isso incorreria em custos desnecessários diante de um mercado altamente irregular.

-Perspectivas

A terceira safra 1990/91 (feijão de inverno), cujo plantio mais intenso se realiza na segunda quinzena de maio e primeira quinzena de junho, se defronta com um panorama político-econômico pior do que o enfrentado em 1990 quando a Política de Garantia de

QUADRO 10. - Tabelas da SUNAB para Venda de Arroz e Feijão no Varejo nos Planos Cruzado e Brasil Novo (Collor I e II)

Produto	Preço de tabela corrente					Preço real de tabela (abr./91)(1)			
	Mar./86 (A)	Mar./90 (B)	Jun./90 (C)	Fev./91 (D)	Abr./91 (E)	A	B	C	D
Arroz agulhinha Tipo 1	8,10	n.t.	n.t.	246,00	246,00	350,95	-	-	286,88
Arroz agulhinha Tipo 2	6,60	31,00	31,00	222,00	222,00	224,88	154,71	116,87	258,89
Feijão Carioquinha	9,60	42,00	50,00	150,00	164,00	327,10	209,61	188,49	174,93
Feijão Jalo/Roxinho	13,00	35,00	n.t.	n.t.	n.t.	442,94	174,68	-	-
Feijão Preto	8,00	32,00	n.t.	150,00	164,00	272,58	159,70	-	174,93

n.t. = não tabelado.

(1) Preços reais calculados pelo IGP-DI, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Elaborado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) a partir de dados básicos da Superintendência Nacional de Abastecimento (SUNAB).

QUADRO 11. - Preços Médios Mensais Recebidos pelos Produtores de Feijão, Estado de São Paulo, 1987-91

(em Cr\$/sc.60kg)

Mês	Corrente					Real(1)				
	1987	1988	1989	1990	1991	1987	1988	1989	1990	1991
Jan.	0,40	1,68	30,96	575,22	5.202,70	10.534,13	8.065,79	11.400,04	8.936,15	7.348,00
Fev.	0,39	2,23	33,94	711,65	6.762,50	9.000,49	9.100,29	11.177,86	6.439,84	7.888,07
Mar.	0,54	3,38	37,13	1.539,29	7.567,23	10.837,74	11.673,10	11.732,44	7.682,21	8.228,53
Abr.	0,82	3,91	48,33	1.858,26	12.866,98	13.705,27	11.221,89	14.520,79	8.330,09	12.866,98
Mai.	1,28	4,06	75,27	2.052,55	...	16.768,44	9.750,16	20.056,12	8.435,55	...
Jun.	1,46	4,98	133,42	2.494,34	...	15.195,20	9.897,81	28.044,50	9.403,34	...
Jul.	1,44	5,54	132,22	2.789,07	...	13.707,89	9.059,54	20.156,59	9.306,66	...
Ago.	1,34	6,27	131,49	2.596,85	...	12.206,88	8.343,15	14.687,22	7.673,12	...
Set.	1,44	8,14	128,68	2.930,26	...	12.144,10	8.612,92	10.346,64	7.750,31	...
Out.	1,53	14,68	122,45	3.938,69	...	11.608,96	12.174,62	7.047,82	9.126,24	...
Nov.	1,66	18,39	217,25	4.215,00	...	11.003,80	11.918,07	8.666,97	8.314,55	...
Dez.	1,60	26,88	236,25	4.093,82	...	9.151,94	13.515,99	6.309,06	6.934,43	...
Média	1,16	8,35	110,62	2.482,92	8.099,85	12.155,40	10.277,78	13.678,84	8.194,37	9.082,90

(1) A preço de abril de 1991, deflacionado pelo Índice 2, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Preços Mínimos do Governo (PGPMG), mesmo estabelecendo preços inferiores aos custos de produção de feijão, não foi acionada nenhuma vez para aquisição do produto, embora o produtor se dispusesse a vender aos preços estabelecidos pelo Governo, como chegou a acontecer no Paraná.

A resposta à política de tabelamento de preços não é diferente da que poderia ser esperada por parte de produtores de bom senso que passaram a reduzir as áreas totais de plantio, em todo o País (quadro 12).

No Estado de São Paulo, maior produtor brasileiro de feijão irrigado (3a. safra), a área média plantada nos últimos três anos tem sido da ordem de 108 mil hectares, uma vez que a colheita é realizada no período de entressafra nacional, quando são maiores as possibilidades dos produtores obterem preços efetivamente compensadores.

Todavia, devido ao intervencionismo no mercado, retomado em março de 1990, nas regiões como as de Ribeirão Preto e Campinas onde são utilizadas as mais avançadas tecnologias (pivô central para irrigação e equipamentos sofisticados para plantio direto), os produtores substituíram o plantio de feijão por outras culturas em que vislumbravam menores riscos econômicos, enquanto que na Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Presidente Prudente, onde se concentra elevado número de pequenos produtores arrendatários e o grau de tecnologia utilizado é baixo, ocorreu aumento de área plantada com feijão. Apesar desse movimento ter representado estabilização de área total plantada no Estado de São Paulo, o resultado final foi negativo, pois a produção caiu de 114 mil toneladas em 1989 para apenas 75 mil toneladas em 1990 (quadro 13).

Na terceira safra 1990/91 deverão se repetir as mesmas condições observadas no ano anterior no Estado de São Paulo, uma vez que os produtores que utilizam melhor tecnologia não indicam propensão a aumentar a área com feijão irrigado. Isto fará com que

possivelmente a importância da produção paulista diminua em detrimento de melhores participações das colheitas nos Estados de Minas Gerais e Goiás onde vem ocorrendo ampliação de área plantada. A propósito, no Estado de Goiás existe maior potencialidade para aumentar a área de feijão irrigado, uma vez que a variedade mais utilizada (emgopa) desenvolvida pela Empresa Goiana de Pesquisa Agropecuária está conseguindo ganhos sucessivos de aceitação junto ao consumidor e não foi afetada pelo tabelamento da SUNAB, passando a ocupar o espaço no mercado deixado pelo feijão carioquinha.

As políticas de incentivo ao plantio de feijão continuam exercendo pouco efeito nas tomadas de decisão pelo produtor. Apesar da sustentação do limite de 100% de financiamento do Valor Básico de Custeio (VBC) para todas as categorias de agricultores, os valores determinados e os períodos efetivos de liberação continuam causando insatisfação generalizada. Os VBCs para a safra da seca só foram divulgados em fevereiro, quando a primeira parcela do financiamento deveria ser liberada em janeiro. Para a safra de feijão de inverno decidiu-se por um reajuste de 20% sobre os VBCs da safra da seca, mas sua aplicação não está regulamentada. Considerando-se esse reajuste, o VBC para a cultura de feijão com produtividade na faixa entre 1.801 e 2.200kg/ha, por exemplo, elevar-se-ia para Cr\$98.533,20 por hectare, importância correspondente a 55,6% dos Cr\$177.081,56 estimados, em abril de 1991, pelo IEA como Custo Operacional Efetivo (custo operacional total menos depreciação de máquinas e encargos financeiros) por hectare, para uma tecnologia motomecanizada e produtividade de 1.860kg/ha (quadro 14).

Os efeitos dos incentivos fiscais (diferimento de ICMS sobre insumos) só deverão apresentar reflexos favoráveis na primeira safra 1991/92 (plantio de verão), porque os produtores estão habituados a adquirir

QUADRO 12.- Área, Produção e Rendimento de Feijão de Inverno (3a. Safra), por Estado, 1988-90

Estado	Área (ha)			Produção (t)			Rendimento(kg/ha)		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990	1988	1989	1990
São Paulo	107.178	106.840	108.600	102.157	114.000	75.000	953	1.067	691
Minas Gerais	32.565	35.081	43.430	40.901	48.114	60.637	1.256	1.372	1.396
Espírito Santo	-	7.735	9.524	-	9.054	13.841	-	1.171	1.453
Paraná	14.464	13.280	21.500	3.530	6.054	8.500	244	456	395
Goiás	-	11.130	21.120	-	19.920	37.620	-	1.790	1.781
Tocantins	-	-	360	-	-	410	-	-	1.139
Distrito Federal	587	1.620	2.379	758	2.367	3.002	1.291	1.461	1.262
Brasil (3a. safra)	154.794	175.686	206.913	147.346	199.509	199.010	952	1.136	962
Brasil (1a. safra)	3.422.484	2.624.348	2.499.407	1.711.662	1.069.914	1.108.636	500	408	444
Brasil (2a. safra)	2.327.273	2.375.236	1.980.373	1.041.746	1.038.932	931.703	448	437	470
Total	5.904.551	5.175.270	4.686.693	2.900.754	2.308.355	2.239.349	491	446	478

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 13.- Área, Produção e Rendimento Médio da Cultura de Feijão de Inverno, Estado de São Paulo, 1987-90

DIRA	Área (ha)				Produção (t)				Rendimento (kg/ha)	
	1987	1988	1989	1990	1987	1988	1989	1990	1987-89	1990
Registro	2.330	330	270	-	1.320	300	120	-	594	-
S. José dos Campos	1.170	1.070	2.240	1.750	1.080	1.200	1.980	1.200	951	686
Sorocaba	460	-	-	350	300	-	-	300	652	857
Campinas	6.360	5.860	6.880	5.000	10.380	9.000	10.200	5.400	1.549	1.080
Ribeirão Preto	16.020	19.700	20.560	19.500	25.260	36.600	39.600	24.900	1.803	1.277
Bauru	1.020	930	1.320	1.000	1.020	1.200	1.800	1.200	1.229	1.200
S.J. do Rio Preto	9.700	8.600	8.530	11.400	11.160	11.400	12.000	10.500	1.288	921
Araçatuba	16.650	18.300	18.500	13.200	11.520	14.100	17.100	9.600	799	727
Presidente Prudente	39.890	49.300	45.240	54.500	20.880	24.000	27.600	21.000	539	385
Marília	1.700	4.400	3.300	1.900	1.080	3.000	3.600	900	817	474
Estado	95.300	108.490	106.840	108.600	84.000	100.800	114.000	75.000	962	691

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 12.- Área, Produção e Rendimento de Feijão de Inverno (3a. Safra), por Estado, 1988-90

Estado	Área (ha)			Produção (t)			Rendimento (kg/ha)		
	1988	1989	1990	1988	1989	1990	1988	1989	1990
São Paulo	107.178	106.840	108.600	102.157	114.000	75.000	953	1.067	691
Minas Gerais	32.565	35.081	43.430	40.901	48.114	60.637	1.256	1.372	1.396
Espírito Santo	-	7.735	9.524	-	9.054	13.841	-	1.171	1.453
Paraná	14.464	13.280	21.500	3.530	6.054	8.500	244	456	395
Goiás	-	11.130	21.120	-	19.920	37.620	-	1.790	1.781
Tocantins	-	-	360	-	-	410	-	-	1.139
Distrito Federal	587	1.620	2.379	758	2.367	3.002	1.291	1.461	1.262
Brasil (3a. safra)	154.794	175.686	206.913	147.346	199.509	199.010	952	1.136	962
Brasil (1a. safra)	3.422.484	2.624.348	2.499.407	1.711.662	1.069.914	1.108.636	500	408	444
Brasil (2a. safra)	2.327.273	2.375.236	1.980.373	1.041.746	1.038.932	931.703	448	437	470
Total	5.904.551	5.175.270	4.686.693	2.900.754	2.308.355	2.239.349	491	446	478

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 13.- Área, Produção e Rendimento Médio da Cultura de Feijão de Inverno, Estado de São Paulo, 1987-90

DIRA	Área (ha)				Produção (t)				Rendimento (kg/ha)	
	1987	1988	1989	1990	1987	1988	1989	1990	1987-89	1990
Registro	2.330	330	270	-	1.320	300	120	-	594	-
S. José dos Campos	1.170	1.070	2.240	1.750	1.080	1.200	1.980	1.200	951	686
Sorocaba	460	-	-	350	300	-	-	300	652	857
Campinas	6.360	5.860	6.880	5.000	10.380	9.000	10.200	5.400	1.549	1.080
Ribeirão Preto	16.020	19.700	20.560	19.500	25.260	36.600	39.600	24.900	1.803	1.277
Bauru	1.020	930	1.320	1.000	1.020	1.200	1.800	1.200	1.229	1.200
S.J. do Rio Preto	9.700	8.600	8.530	11.400	11.160	11.400	12.000	10.500	1.288	921
Araçatuba	16.650	18.300	18.500	13.200	11.520	14.100	17.100	9.600	799	727
Presidente Prudente	39.890	49.300	45.240	54.500	20.880	24.000	27.600	21.000	539	385
Marília	1.700	4.400	3.300	1.900	1.080	3.000	3.600	900	817	474
Estado	95.300	108.490	106.840	108.600	84.000	100.800	114.000	75.000	962	691

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 14.- Estimativa de Custo Operacional da Cultura de Feijão de Inverno, Tração Motomecanizada, Por Hectare, Produção de 31sc.60kg, DIRA de São José do Rio Preto, Estado de São Paulo, Safra 1991

Item	Em cruzeiro(1)		Participação Percentual por saco (%)
	Por hectare	Por saco	
Mão-de-obra	21.617,36	697,33	8,47
Sementes	18.732,00	604,26	7,34
Aubos e corretivo	21.817,60	703,79	8,55
Defensivos	36.427,10	1.175,07	14,27
Operação de máquinas	61.737,50	1.991,53	24,18
Empreita	9.000,00	290,32	3,53
Outros (2)	7.750,00	250,00	3,04
Custo operacional efetivo	177.081,56	5.712,31	69,36
Depreciação de máquinas	53.135,59	1.714,05	20,81
Encargos financeiros	25.100,00	809,68	9,83
Custo operacional total	255.317,15	8.236,04	100,00

(1) Em valores da segunda quinzena de abril de 1991.

(2) Refere-se à despesa com sacaria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

os insumos com antecedência, para evitar possíveis reajustes de preços e problemas de transporte.

A Companhia Nacional de Abastecimento (CNA) reavaliou sua estimativa de suprimento de feijão na safra 1990/91, reduzindo a previsão de produção brasileira de 2.606.100 toneladas para 2.489.300 toneladas (incluindo 375.000 toneladas de feijão preto) e elevando a estimativa de consumo de 2.500.000 toneladas para 2.536.300 toneladas, resultando num "carry-over" para a safra 1991/92 de apenas 69.100 toneladas, a menor quantidade desde 1981/82 (quadro 15).

Entretanto, dificuldades de movimentação de feijão cariquinho das regiões produtoras (Centro-Oeste e Nordeste) para os centros consumidores (São Paulo) abriu espaço para os importadores, que já internalizaram 10.000 toneladas de feijão chileno. Enquanto persistir o tabelamento, as importações terão sucesso, mesmo diante das poucas ofertas internacionais, uma vez que o produto importado não se encontra tabelado.

Diante do tabelamento, o feijão cariquinho não está sendo encontrado, obrigando a população a buscar as alternativas que são ofertadas a preços abusivamente superiores ao que deveriam ocorrer em situação de livre mercado.

Diante desse panorama, poderá haver nova redução de consumo per capita o que contribuirá para um estoque de passagem mais folgado do que está sendo previsto.

-TRIGO

-Situação Internacional

As perspectivas da produção mundial de trigo no período 1991/92 são de declínio, principalmente no Hemisfério Norte, e conseqüente elevação das cotações internacionais do produto. Estão previstas quedas nas

produções dos Estados Unidos em função das provisões do "set-aside" e na União Soviética devido a problemas na oferta de insumos (sementes, fertilizantes e combustível) para o plantio em tempo hábil. Segundo estimativas de uma agência de informações européia, a produção mundial de trigo em 1991/92 deverá se situar em 570 milhões de toneladas, 20 milhões a menos que a obtida no ano anterior. Ao mesmo tempo, o consumo mundial deverá crescer de 570 milhões de toneladas para 575 milhões de toneladas. A mesma fonte projeta aumento de preços de modo que as atuais cotações do trigo de US\$120/tonelada FOB-golfo do México deverão evoluir para US\$135/tonelada em abril/junho de 1992.

As perspectivas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) para o período 1991/92 apontam no mesmo sentido, se bem que ainda não foram divulgadas as estimativas de produção. Contudo, o USDA prevê que face aos baixos preços pagos aos triticultores, a produtividade em 1991/92 nos países maiores produtores, mesmo em condições normais de clima, deverá ser inferior aos elevados níveis obtidos em 1990/91.

Na União Soviética, a área cultivada com trigo de inverno deve ser menor em função do excesso de umidade no solo e que atrasou o plantio. Na China, as medidas governamentais de estímulo à produção estão sendo insuficientes para evitar o declínio na área de cultivo de trigo de primavera. Nos países da Comunidade Econômica Européia, os produtores estão protegidos das oscilações dos preços internacionais pelo "Minimum Guaranteed Quantity (MGQ)", programa pelo qual os preços de garantia são reduzidos quando a produção total de grãos da CEE ultrapassa o volume de 160 milhões de toneladas e segundo as perspectivas do USDA, em 1991/92, o mesmo não deverá ser ultrapassado. A produção canadense assim como a australiana também deverão diminuir em função dos baixos preços da safra

QUADRO 15.- Estimativa de Suprimento de Feijão no Brasil, 1980/81 a 1990/91

(em 1.000t)

Safrá	Oferta				Demanda			Estoque de passagem
	Estoque inicial(1)	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Excedente	Exportação	
1980/81	22,0	2.407,0	5,6	2.434,6	2.414,1	20,5	0,0	20,5
1981/82	20,5	3.097,6	3,5	3.121,6	2.459,5	662,1	6,6	655,5
1982/83	655,5	1.654,7	3,7	2.313,9	2.076,6	237,3	14,9	222,4
1983/84	222,4	2.616,1	60,5	2.899,0	2.723,5	175,5	5,6	169,9
1984/85	169,1	2.534,7	15,3	2.719,9	2.378,2	341,7	9,7	332,0
1985/86	332,0	2.244,8	95,0	2.671,8	2.400,0	271,8	4,6	267,2
1986/87	267,2	2.108,0	35,0	2.410,2	2.300,0	110,2	3,9	106,3
1987/88	106,3	2.752,0	10,0	2.868,3	2.600,0	268,3	3,0	265,3
1988/89	265,3	2.386,4	25,0	2.676,7	2.600,0	76,7	0,0	76,7
1989/90	76,7	2.339,9	40,0	2.456,6	2.340,0	116,1	0,0	116,1
1990/91(2)	116,1	2.489,3	0,0	2.605,4	2.536,3	69,1	0,0	69,1

(1) Início em 01 de novembro.

(2) Dados preliminares.

Fonte: Companhia Nacional de Abastecimento (CNA).

1990/91. Na Argentina, além dos baixos preços ao produtor e inflação crescente, a possibilidade de o Governo reintroduzir a taxa de exportação de trigo deve fortalecer a tendência de redução da área.

Essa conjuntura do mercado internacional não está favorável ao Brasil cuja redução da produção em 1990/91 já está fazendo com que o País retome sua condição de importador de trigo, nos mesmos níveis que ocorriam antes de 1985 e como as perspectivas para 1991/92 são de se obter, na melhor das hipóteses, o mesmo volume do ano anterior, a necessidade de divisas deverá aumentar podendo atingir algo em torno de US\$620 milhões.

-Situação Interna

O processo de privatização da comercialização do trigo iniciado a partir da edição da Medida Provisória no. 224, de 17/09/90, posteriormente transformada na Lei no. 8.056, de 21/11/90, deverá se concretizar em 30/06/91 quando, segundo o planejamento dos órgãos governamentais responsáveis pela sua condução, os estoques do produto de posse do Governo Federal, ainda administrados pelo Banco do Brasil, deverão ser repassados à Companhia Nacional de Abastecimento (CNA) enquadrando-se integralmente no Programa de Garantia de Preços Mínimos.

A edição da MP no. 224 acirrou as discussões sobre a privatização da comercialização aproximando através de reuniões setoriais os diversos segmentos envolvidos no processo que a princípio relutantes em aceitá-las passaram a refletir conjuntamente. Posteriormente, quando a MP foi transformada em Lei, o objetivo passou a ser a busca das melhores formas de se atuar no mercado sob as novas condições, pois a privatização põe fim a um sis-

tema que vigorava desde 1967.

Analisando do ponto de vista do Governo, ainda que em caráter preliminar uma vez que o sistema estatal de comercialização está funcionando parcialmente, pode-se dizer que o processo de privatização está atingindo plenamente as metas propostas. Uma parte expressiva da safra 1990 foi comercializada sem a intermediação do Governo; a maior parte foi transacionada através dos Empréstimos do Governo Federal (EGFs) e só uma pequena parte foi adquirida diretamente dos mini e pequenos produtores, via Aquisição do Governo Federal (AGF).

Conforme previsto, os preços pagos pelos moinhos a partir de outubro/90 foram reajustados, regularmente e com maior intensidade, a fim de se atingir um nível tal que tornasse factível a comercialização direta entre a indústria moageira e os triticultores e/ou suas cooperativas. Dessa forma, os preços saltaram de Cr\$10.565,00 por tonelada em setembro de 1990 para Cr\$45.529,00 em janeiro de 1991, valor que vigora até o momento em decorrência do congelamento de preços a partir de fevereiro. No mesmo período, os preços de garantia ao produtor variaram de Cr\$10.564,81 a Cr\$22.659,14, valor reajustado em fevereiro para Cr\$27.888,70/tonelada e também congelado. Como se observa, o preço pago pelo moinho foi reajustado em 330% enquanto o reajuste do preço ao produtor foi de 164%. Ao mesmo tempo, os preços máximos de venda da farinha (FOB-Moinhos) foram reajustados em 306%, percentual compatível com o aumento do trigo. Entretanto, os preços no varejo da farinha de trigo, macarrão e pão, no mesmo período, foram reajustados em 174%, 137% e 145% respectivamente, provocando manifestação de protestos dos vários segmentos varejistas e, inclusive, períodos de desaparecimento de algumas marcas. Posteriormente, esses preços foram revistos e a situação se normalizou, embora o congelamento ainda esteja em vigência.

A mudança radical no sistema de comercialização do trigo está se processando num momento de reversão nos níveis obtidos pela produção nacional no último quinquênio (quadro 16). A safra nacional, em 1990, de 3,1 milhões de toneladas, é 44% inferior à obtida no período anterior, reflexo da redução de 18% na área colhida e de 32% na produtividade, basicamente em função do rebaixamento tecnológico, devido à elevação dos custos de produção, preço de garantia muito baixo e das geadas no final de julho, que prejudicaram as lavouras de São Paulo, Mato Grosso do Sul e Paraná. Contudo, o abastecimento ainda não foi prejudicado, pois o déficit está sendo coberto por importações principalmente da Argentina (2,0 milhões de toneladas é a quota do acordo bilateral para 1991) tendo já sido internalizadas cerca de 1,1 milhão de toneladas. Além dessas importações em cumprimento ao Acordo, deverão ser importadas mais 2,0 milhões de toneladas de qualquer origem.

Até meados de maio, o sistema transitório de comercialização vinha funcionando normalmente, porém, a proximidade do término do produto nacional e a elevação das cotações internacionais pressionaram os preços no mercado argentino, que é tomador de preço, dificultando as importações que vinham sendo feitas pela indústria moageira, pois o tabelamento da farinha impede o repasse das elevações dos preços. Nesse contexto, o Governo dos Estados Unidos está oferecendo trigo ao Brasil a preços subsidiados gerando um impasse, diante da posição que o País vem defendendo, principalmente no âmbito das negociações do GATT, contrária à política de subsídios às exportações de produtos agrícolas, notadamente da Comunidade Econômica Européia e dos Estados Unidos. Contudo, as importações estão liberadas à iniciativa privada e está em vigência um sistema de taxação com alíquotas variáveis objetivando neutralizar os efeitos dos subsídios embutidos nos

preços do produto importado. De toda forma, a existência dessa oferta estadounidense já está provocando efeito de estabilização dos preços no mercado argentino e ao mesmo tempo, os atuais níveis dos preços congelados da farinha no Brasil continuam inibindo o comércio, pois a margem está apertada. Se esse panorama tivesse se esboçado a cerca de quarenta dias atrás, as perspectivas para a próxima safra, de 1991, não seriam tão desalentadoras em termos do futuro abastecimento, pois a elevação das cotações internacionais estimulam a triticultura nacional.

As pesquisas iniciais sobre a área a ser cultivada em 1991 revelam drásticas reduções nos estados onde a época de plantio do trigo se inicia em março, como é o caso do Paraná, principal produtor, Mato Grosso do Sul e São Paulo. Se as previsões de redução nesses estados, da ordem de 30% a 40%, forem confirmadas, as necessidades de importações em 1992 também serão de cerca de 4,0 milhões de toneladas, no mínimo, podendo ainda aumentar em função da evolução da área cultivada no Rio Grande do Sul e também em Santa Catarina.

A revisão dos Valores Básicos de Custeio (VBCs) assim como do preço mínimo (em substituição ao preço de garantia), divulgada na última semana, não chegou a tempo de alterar o quadro nos estados onde se planta mais cedo, mas talvez ainda tenha algum efeito no Rio Grande do Sul, Santa Catarina e algumas regiões do Paraná, se bem que as alterações são modestas. O preço mínimo de Cr\$27.888,70/tonelada foi reajustado para Cr\$32.072,00/tonelada, mesmo nível do trigo remanescente da safra passada, que ainda está sendo comercializado, com dificuldades devido à baixa qualidade do produto. O VBC para a faixa de produtividade de 1.620kg/ha, reajustado em 20%, situa-se em Cr\$39.960,00, valor suficiente para cobrir 95% do Custo Operacional Efetivo, estimado pelo Instituto de Economia Agrícola em Cr\$42.262,50 por hectare (quadro 17).

QUADRO 16. - Área, Produção e Produtividade do Trigo, para os Principais Estados e Brasil, 1986-90

Safra	Especificação	Unidade	Paraná	Rio Grande do Sul	Mato Grosso do Sul	São Paulo	Santa Catarina	Outros	Total
1986	Área	ha	1.947.000	1.197.104	396.039	211.900	138.208	25.996	3.864.255
	Produção	t	2.937.850	1.810.513	452.337	312.432	143.685	25.667	5.684.200
	Produtividade	kg/ha	1.509	1.512	1.142	1.474	1.040	987	1.471
1987	Área	ha	1.717.500	998.324	425.298	180.030	124.801	9.944	3.455.897
	Produção	t	3.297.787	1.754.103	558.972	337.613	159.922	24.276	6.132.673
	Produtividade	kg/ha	1.920	1.757	1.314	1.875	1.281	2.441	1.774
1988	Área	ha	1.775.000	1.012.268	344.283	200.080	99.880	48.907	3.480.418
	Produção	t	3.259.000	1.545.000	504.000	404.000	86.000	31.000	5.829.000
	Produtividade	kg/ha	1.836	1.526	1.464	2.019	861	634	1.675
1989	Área	ha	1.828.680	808.649	319.050	219.650	97.095	9.195	3.282.319
	Produção	t	3.207.000	1.461.720	369.306	363.600	126.340	27.218	5.555.184
	Produtividade	kg/ha	1.754	1.808	1.158	1.655	1.301	2.960	1.692
1990(1)	Área	ha	1.200.000	984.428	204.471	179.982	108.623	5.722	2.683.226
	Produção	t	1.400.000	1.182.735	231.615	182.619	126.966	15.777	3.139.712
	Produtividade	kg/ha	1.167	1.201	1.133	1.015	1.169	2.757	1.170

(1) Dados sujeitos a retificação.

Fonte: Departamento de Comercialização do Trigo (CTRIN) do Banco do Brasil S/A; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 17. - Estimativa de Custo Operacional da Cultura do Trigo, Safra de Inverno, Região de Assis, Produtividade de 27sc.60kg, por Hectare, Safra 1991

Item	Em cruzeiro(1)		Participação percentual (%)
	Por hectare	Por saca	
Mão-de-obra	1.981,58	73,39	4,20
Sementes	11.383,20	421,60	24,11
Corretivo	3.335,00	123,52	7,06
Fertilizantes	6.956,25	257,64	14,73
Defensivos	10.921,97	404,52	23,14
Operação de máquinas	7.684,50	284,61	16,28
Custo operacional efetivo	42.262,50	1.565,28	89,52
Depreciação de máquinas	3.467,70	128,43	7,35
Encargos financeiros	1.479,19	54,78	3,13
Custo operacional total	47.209,39	1.748,50	100,00

(1) Em valores da segunda quinzena de abril de 1991.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

-FRUTICULTURA

A participação dos gastos dos consumidores na aquisição das frutas, que integram a Cesta de Mercado do IEA, para a cidade de São Paulo, se elevou em 1990 em relação a 1989. Enquanto o dispêndio total com alimentos tenha sido 8,7% menor em 1990, os gastos com frutas aumentaram 8,2%, atingindo em termos reais valor semelhante ao de 1988 (quadro 18).

Esse reordenamento do orçamento familiar foi mais evidente nos meses seguintes à implantação do Plano Collor I, quando os preços dos alimentos básicos permaneceram congelados e os das frutas começaram a recuperar seus níveis reais. Particularmente, nos meses de inverno, quando normalmente ocorre uma redução no consumo, os gastos com frutas foram fortemente influenciados pelo comportamento atípico da oferta de banana, cujos preços foram excepcionalmente altos, em função da quebra de safra.

Essa recuperação de preços pode ter estimulado o plantio de algumas frutas, segundo indicam as primeiras estimativas para 1990/91. Assim, o número de pés de abacaxi e de mamão, que haviam sofrido drásticas reduções em anos anteriores, apresentaram as maiores evoluções. Ao mesmo tempo, nas culturas de goiaba de mesa, pêssego de mesa e uva fina mantiveram-se as tendências de expansão das áreas (pés plantados). Por outro lado, na bananicultura voltou a ocorrer redução de área plantada (quadro 19).

O panorama geral de recessão e de estagnação no poder de compra dos consumidores vem contribuindo para a erradicação de pomares menos produtivos, pois o mercado não permite a sobrevivência de produtores economicamente marginais e força a maior especialização dos fruticultores. Como reflexo, observa-se que para seis frutas (abacaxi, figo, mamão havaí, morango, pêssego e banana) os volumes comercializados no Entrepósito Terminal

de São Paulo (CEAGESP) foram os menores desde 1985. Em contrapartida, para outras seis (abacate, laranja, limão, mamão, uva niagara e uva fina) as quantidades vendidas aumentaram não só em relação as de 1989 mas também em comparação com os volumes médios de 1985 a 1990, em grande parte devido às maiores produções que foram decorrentes de plantios feitos nas expectativas favoráveis de mercado externo (quadro 20).

Merece destaque o recorde de entradas de limão (e lima ácida taiti) provocado pelo intenso plantio e que poderá ser parcialmente erradicado pois as indústrias de suco (e óleo de casca) têm pago aos produtores preços abaixo dos custos operacionais de produção.

A redução de 21,9% no volume comercializado de banana foi um reflexo direto da queda de 24,0% da produção na safra 1989/90, embora também tenha havido uma diminuição da ordem de 30 mil toneladas (36% em relação a de 1989) na exportação (quadro 21).

Outrossim, as entradas de mamão havaí e de abacaxi no Entrepósito Terminal de São Paulo, em 1990, indicam redução nas remessas de outros Estados, possivelmente agravadas pelo encarecimento do frete a longas distâncias e péssimas condições de tráfego nas estradas brasileiras, em especial quando se trata de produtos altamente perecíveis. Como consequência está se observando estímulo ao replantio dessas frutas em São Paulo.

As maiores elevações de preços no atacado, no Entrepósito Terminal, em 1990, foram as do abacaxi (50,7%) e da banana (42,6%). Por outro lado, as boas ofertas de limão e de uva niagara propiciaram significativas reduções nos preços, respectivamente -27,6% e -18,8%. Já os preços reais de mamão havaí e de pêssego de mesa sofreram reduções, em 1990, quando comparados aos de 1989, apesar das diminuições nos volumes comercializados (quadro 22).

No caso do mamão havaí, esse

QUADRO 18.- Valor Total e Participação de Frutas no Gasto Total da Ceixa de Mercado, (Cidade de São Paulo, 1985-1990(1))

Ano		Jan.	Fev.	Mar.	Abr.	Mai	Jun.	Jul.	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Total
1985	Frutas	6.526	6.083	5.485	5.378	5.534	5.754	3.664	3.045	3.253	3.716	4.394	4.304	57.176
	Total	45.981	47.515	46.170	45.365	45.476	46.962	38.869	36.113	34.516	34.534	34.237	35.988	493.747
	Part. percentual	14,2	12,8	11,9	11,9	12,2	12,3	9,4	8,5	9,4	10,8	12,1	12,0	11,6
1986	Frutas	3.555	3.585	3.711	3.375	3.367	3.231	3.087	3.451	3.442	4.104	5.133	4.757	44.800
	Total	38.097	35.423	35.679	35.300	34.637	34.351	33.185	33.515	33.013	34.325	38.348	40.083	425.956
	Part. percentual	9,3	10,1	10,4	9,6	9,7	9,4	9,3	10,3	10,4	12,0	13,4	11,9	10,5
1987	Frutas	4.464	4.265	3.764	3.006	2.760	2.359	2.475	2.889	3.136	3.503	4.526	4.130	41.276
	Total	41.089	36.833	33.185	32.284	32.081	30.169	29.962	29.818	28.687	28.133	28.531	27.565	378.337
	Part. percentual	10,9	11,6	11,3	9,3	8,6	7,8	8,3	9,7	10,9	12,5	15,9	15,0	10,9
1988	Frutas	4.327	3.362	2.948	2.788	2.624	2.438	2.824	3.110	3.234	3.319	3.491	3.216	37.681
	Total	26.918	25.669	26.587	26.648	27.003	28.139	28.650	28.644	28.639	28.528	30.000	29.609	335.234
	Part. percentual	16,1	13,1	11,1	10,4	9,7	8,7	9,9	10,9	11,3	11,6	11,6	10,9	11,2
1989	Frutas	2.519	2.726	3.397	3.255	2.936	2.401	2.561	2.843	2.980	2.714	3.204	3.107	34.644
	Total	28.567	29.137	29.792	31.063	33.299	34.442	29.937	29.585	26.914	24.638	25.958	26.058	349.392
	Part. percentual	8,82	9,36	11,40	10,48	8,82	6,97	8,56	9,61	11,07	11,01	12,34	11,92	9,92
1990	Frutas	2.783	2.805	2.640	2.751	2.823	2.788	3.307	3.609	3.471	3.708	3.393	3.421	37.499
	Total	28.640	28.127	27.297	26.064	25.129	26.588	26.411	26.324	26.592	26.700	26.010	25.202	319.084
	Part. percentual	9,72	9,97	9,67	10,55	11,23	10,49	12,52	13,71	13,05	13,89	13,04	13,57	11,75
Total	Frutas	24.175	22.827	21.948	20.553	20.043	18.971	17.919	16.987	19.516	21.064	24.141	22.934	253.076
	Total	209.292	202.705	198.710	196.924	197.625	200.651	187.013	184.020	178.362	176.858	185.084	184.506	2.301.750
	Part. percentual	11,55	11,26	11,05	10,44	10,14	9,45	9,58	10,32	10,94	11,91	13,04	12,43	10,99

(1) Em cruzeiro de março de 1991, corrigido pelo Índice 2, de Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 19.- Número de Pês e Produção das Principais Frutíferas do Estado de São Paulo, 1987/91.

Fruta	Número de pês (novos e em produção, em 1.000 unidades)					Produção (em 1.000 unidades)				
	1986/87	1987/88	1988/89	1989/90	1990/91(1)	1986/87	1987/88	1988/89	1989/90	1990/91(1)
Abacate (cx,22kg)	900	840	870	810	905	3.630	3.230	3.420	3.290	3.370
Abacaxi (cx,17kg)	64.890	60.750	36.850	21.260	31.510	2.450	2.300	1.420	889	925
Figo da mesa (cx,1,8kg)	1.980	2.067	1.974	1.900	1.540	10.550	10.240	10.150	9.000	8.550
Goiaba de mesa (cx,3,5kg)	145	190	235	242	255	2.010	4.580	7.470	8.110	8.570
Laranja (cx,40,8kg)	144.740	156.470	172.360	180.860	188.110	234.350	248.780	296.560	291.900	289.340
Limão (cx,40,8kg)	5.890	6.810	7.180	7.140	7.030	9.710	12.540	13.340	14.000	14.500
Mamão (cx,34kg)	1.210	710	405	470	530	1.240	480	115	370	485
Melancia (kg)(3)	4.800	4.140	4.200	3.570	4.970	113.920	100.150	106.300	88.010	127.400
Pêssego de mesa (cx,2,34kg)	400	400	430	500	525	5.590	5.670	6.100	7.175	7.740
Tangerina (cx,40,8kg)(2)	7.237	7.174	7.250	7.070	7.210	15.092	14.442	14.790	13.980	14.515
Uva comum (cx,6kg)	33.090	33.270	34.470	33.950	34.200	14.610	12.700	14.270	14.500	14.160
Uva fina (cx,8kg)	1.060	1.080	1.250	1.440	1.720	3.430	4.120	4.480	5.740	5.670
Banana (t)(3)	54,2	49,3	46,8	44,5	44,1	1.140	984	1.089	828	878

(1) Estimativas feitas em fevereiro de 1991.

(2) Inclui mexerica e as tangerinas cravo, poncin e murcote.

(3) Melancia em ha e banana em 1.000 ha.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 20.- Entradas de Frutas no Entrepasto Terminal de São Paulo (CEAGESP), 1985-90

Fruta	1985	1986	1987	1988	1989	1990	Média 1985-90
Abacate (cx.22kg)	1.804.566	1.393.086	1.620.445	1.449.690	1.599.221	1.672.054	1.589.844
Abacaxi (cento)	203.166	268.022	282.895	197.764	211.880	179.078	223.801
Goiaba (cxta.3,7kg)	1.846.664	2.081.597	1.943.566	2.476.412	2.827.612	2.577.415	2.292.211
Figo (cxta.1,8kg)	2.738.597	2.222.672	2.008.369	2.205.898	2.044.171	1.610.631	2.138.390
Laranja (cx.27kg)	11.818.519	17.359.815	16.519.337	12.172.505	14.542.352	15.491.148	14.650.613
Limão (cx.27kg)	1.686.869	1.990.122	2.316.821	2.484.291	2.261.784	2.646.251	2.231.023
Mamão (cx.34kg)	1.785.155	1.965.391	1.817.848	1.805.978	1.897.760	1.999.613	1.878.624
Mamão Havai (cxta.6kg)	9.021.694	9.452.816	9.013.764	7.214.387	5.968.883	4.557.778	7.538.220
Melancia (kg)	68.068.911	80.805.974	74.626.459	73.772.546	85.481.505	79.639.152	77.065.758
Morango (cxta.3,2kg)	2.238.813	1.796.394	2.241.908	2.383.423	1.590.567	1.577.217	1.971.387
Pêssego (cxta.2,34kg)	2.890.674	2.420.287	2.726.454	2.582.252	2.392.358	2.017.607	2.504.939
T.cravo (cx.28kg)	161.141	434.779	257.488	389.438	224.995	240.459	284.717
T.murcot (cx.30kg)	486.186	779.069	730.944	527.686	766.772	697.757	664.736
T.poncan (cx.27kg)	1.589.632	1.680.959	1.771.118	1.234.398	1.878.819	1.592.100	1.624.504
Uva niagara (cxta.6kg)	4.062.329	4.415.770	5.132.588	4.244.410	3.430.453	5.551.735	4.472.881
Uva Itália (cxta.8kg)	2.080.605	1.861.670	1.809.140	1.708.278	2.098.221	2.110.524	1.944.740
Banana (t)	162.599	154.422	157.811	159.760	154.487	120.671	151.625

Fonte: Boletins Mensais da CEAGESP.

QUADRO 21.- Entradas de Banana no Entrepósito Terminal de São Paulo (CEAGESP), 1985-90

Variedade	Unidade	1985	1986	1987	1988	1989	1990
Nanica							
climatizada	cx.21kg	3.347.095	3.369.494	3.428.290	3.460.292	3.433.689	3.300.472
estufada	cx.26kg	297.025	250.554	229.021	170.622	54.416	45.963
verde	t	92.309	83.525	85.817	87.094	82.380	51.361
Maçã							
maçã verde	cx.27kg(1)	181.104	158.143	118.206	125.085	239.773	181.665
	t	8.986	5.976	3.312	3.134	5.991	7.655
Prata	cx.27kg(1)	156.911	296.554	278.272	253.355	261.523	303.691
Terra	cx.15kg	15.655	2.931	3.716	15.700	2.931	17.294
Marmelo	cx.27kg	34	0	73	4.175	7.588	7.452
Figo	cx.24kg	2.069	2.241	571	4.077	6.212	32.076
Nanica							
climatizada	t	70.289	70.759	71.994	72.666	72.107	69.310
estufada	t	7.723	6.514	5.955	4.436	1.415	1.195
verde	t	92.309	83.525	85.817	87.094	82.380	51.361
Total	t	170.321	160.799	163.766	164.196	155.902	121.866
Maçã							
maçã verde	t	5.252	4.586	3.192	3.377	6.474	4.905
Total	t	8.986	5.976	3.312	3.134	5.991	7.655
Total	t	14.238	10.562	6.504	6.511	12.465	12.560
Prata	t	4.550	3.600	7.513	6.841	7.061	8.200
Terra	t	135	44	131	236	44	259
Marmelo	t	1	0	2	113	205	201
Figo	t	50	54	14	98	149	770
Total	t	189.394	180.059	177.929	177.994	175.826	143.856
Nanica total	%	59,93	39,30	92,04	92,25	88,67	84,71
Maçã total	%	7,52	5,87	3,66	3,66	7,09	9,73
Prata	%	2,40	4,78	4,22	3,84	4,02	5,70
Terra	%	0,12	0,02	0,07	0,13	0,03	0,18
Marmelo	%	0,00	0,00	0,00	0,06	0,12	0,14
Figo	%	0,03	0,03	0,01	0,05	0,08	0,54
Total	%	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

(1) Em caixas de 29kg em 1985 e 1986 e caixas de 27kg de 1987 em diante.

Fonte: Boletins Anuais da CEAGESP.

QUADRO 22.- Preços Reais de Frutas no Entrepósito Terminal de São Paulo (CEAGESP), 1987-90(1)

Fruta	1987	1988	1989	1990	Média 1987-90
Abacate (cx.22kg)	2.401	2.366	2.206	1.961	2.234
Abacaxi (cento)	12.880	14.229	15.528	23.398	16.509
Banana climat. (cx.21kg)	1.206	957	760	1.084	1.002
Figo (cxta.1,8kg)	455	387	330	447	405
Goiaba (cxta.3,7kg)	724	503	680	540	612
Laranja (cx.27kg)	1.513	1.912	1.332	1.438	1.549
Limão (cx.27kg)	1.753	1.824	2.174	1.575	1.832
Mamão formosa (cx. 34kg)	2.489	2.177	2.552	1.955	2.293
Mamão Havaí (cxta.6kg)	678	616	962	757	753
Melancia (kg)	62	51	56	66	59
Morango (cxta.3,2kg)	1.688	1.470	2.136	2.164	1.865
Pêssego (cxta.2,34kg)	647	504	505	348	501
T.poncan (cx.27kg)	1.649	2.014	1.971	2.184	1.955
Uva Itália (cxta.8kg)	3.030	2.487	2.613	2.469	2.650
Uva niagara (cxta.6kg)	1.766	1.393	1.643	1.334	1.534

(1) Em cruzeiro de março de 1991, corrigido pelo Índice 2, de Conjuntura Econômica, da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Boletins mensais da CEAGESP.

fato estaria indicando uma substituição pelo mamão formosa e uma eventual retração na quantidade demandada até mesmo pelo descuido da aparência da fruta que vem se observando no mercado. Para o pêssego houve uma concentração da oferta em curto período sem atingir a época de festas natalinas quando as cotações se elevam.

Embora com a ressalva de que para figo, pêssego e uva as estatísticas não se refiram a ano-safra, visto que são dados de anos civis, os indicadores apresentados podem se constituir em referências válidas para apontar algumas das tendências e perspectivas da fruticultura paulista. De toda forma, o panorama traçado revela que os fruticultores paulistas estão atentos às realidades de uma economia enfraquecida pela recessão e até pondo em dúvida as perspectivas de que irá acabar em breve e que o comércio de frutas frescas venha a ser dinamizado no curto prazo. Infelizmente, essa situação gera incertezas aos produtores na condução de suas culturas, geralmente feitas sob condições de riscos e que tem aumentado pela ineficácia de políticas econômicas que insistem em congelar e/ou tabelar produtos que, além de perecíveis, diariamente são tomadores de preços nos grandes mercados concentradores da oferta e demanda, e onde a concorrência está pulverizada por inúmeros vendedores e compradores.

Deve-se, ainda, observar que os dados de produção e de áreas plantadas com frutíferas no Brasil são, desde a muito tempo, bastante frágeis mesmo para as culturas perenes ou semi-perenes, provavelmente devido à reduzida expressão sócio-econômica em alguns Estados, embora para várias espécies o País se destaque como um dos grandes produtores mundiais.

Todavia, dois pontos dão uma dimensão mais apropriada da fruticultura nacional: a significativa parcela das produções destinadas ao processamento industrial e os resultados obtidos nas exportações de frutas frescas

que são não são mais elevados por falta de uma política setorial, a exemplo daquela adotada pelo Chile e que, em certos casos, permitiria também reduzir os gastos com as importações.

Observe-se que, em 1990, o volume total de exportações de frutas frescas foi 19% menor que no ano anterior, em grande parte devido à defasagem na taxa de câmbio, embora em valor tenha se mantido praticamente igual (-1%) na cifra de 53,9 milhões de dólares. Em contrapartida, os gastos com as importações que vinham decrescendo até 1985 passaram a elevar-se de 1986 a 1988, em particular no segmento de uva passa, ameixa seca e damasco seco (com a surpreendente cifra de 16,8 milhões de dólares), além de pêra e maçã (quadros 23 e 24).

Vale destacar, ainda, que graças aos êxitos das técnicas agrícolas adotadas nos últimos anos e aos resultados obtidos pelos pesquisadores brasileiros nos diversos setores da fruticultura, melhoraram sensivelmente as produções de diferentes espécies tanto na qualidade como na produtividade. Esses esforços, contudo, deverão ser intensificados com a formação do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL) que exigirá cada vez mais eficiência dos fruticultores brasileiros.

De outra parte, a atenção do Governo deverá estar voltada também para os aspectos estruturais que oneram os custos das frutas nacionais, em particular tarifas e impostos, como é o caso do ICMS que periodicamente acaba penalizando as exportações brasileiras de frutas, devido aos resultados das reuniões do CONFAZ, onde parece não prevaleceram os maiores interesses econômicos da nação e os resultados sociais que podem advir de uma pujante fruticultura.

QUADRO 23.- Exportações Brasileiras de Frutas Frescas, 1986 a 1990

Produto	1986		1987		1988		1989		1990	
	t	US\$1.000								
Banana	101.166	13.878	81.220	12.003	76.860	11.764	83.593	12.194	53.719	8.898
Abacaxi	15.604	4.327	15.202	4.425	10.806	3.202	12.418	3.679	7.910	3.113
Coco em casca	281	140	367	182	174	78	46	102	366	175
Abacate	146	64	223	87	345	161	351	150	784	316
Goiaba	328	280	323	275	466	374	375	300	259	211
Manga	3.397	2.219	3.044	1.966	5.301	3.309	5.422	3.293	4.645	2.879
Laranja	87.867	16.669	81.093	17.198	79.111	16.708	91.452	17.806	77.120	18.251
Tangerina	7.120	1.807	5.878	1.478	5.472	1.450	6.629	1.475	4.622	1.471
Limão	377	135	278	78	97	52	758	181	161	36
Limão Taithi	2.231	848	2.207	804	2.447	965	3.041	953	2.673	821
Outras frutas cítricas	60	67	44	54	60	73	733	147	1.890	598
Figo	488	590	506	586	736	820	651	703	540	591
Uva	2.928	3.152	1.247	1.321	3.162	3.361	2.011	1.821	1.845	2.242
Maçã	33	11	117	34	608	230	3.038	1.122	6.293	2.522
Morango	1.384	1.651	950	1.231	197	226	2	3	66	78
Melão	7.128	2.928	7.710	3.389	14.297	5.829	20.113	8.075	22.315	9.023
Melancia	693	108	478	90	377	65	440	70	1.017	512
Caqui	238	265	114	128	302	331	141	157	109	119
Mamão	2.522	1.374	3.097	1.629	4.021	2.108	4.071	2.090	4.019	2.027
Outras frutas frescas	148	174	219	256	258	365	106	106	75	72
Total	234.137	50.687	204.318	47.213	205.098	51.472	235.391	54.427	190.428	53.901

Fonte: Coordenação Técnica de Intercâmbio Comercial (CTIC) (ex-CACEX).

QUADRO 24.- Importação de Frutas, Brasil, 1980 a 1988

(em 1.000 dólares FOB)

Item	1980	1981	1982	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Fruta fresca									
Uva	2.327	2.536	3.166	2.273	147	560	1.446	2.085	3.942
Maçã	72.378	65.068	59.074	40.735	28.792	25.978	47.260	46.165	38.186
Pêra	22.157	23.924	21.545	14.717	9.744	11.453	14.031	21.662	23.663
Marmelo	71	461	246	37	188	117	77	266	317
Cereja	1.324	1.045	914	675	597	559	836	1.032	950
Ameixa	1.787	2.557	1.704	-	1.463	815	1.973	2.823	3.980
Pêssego	22	34	-	-	70	163	118	106	89
Outras	54	408	1.026	645	382	275	372	590	1.246
Fruta seca									
Figo	987	435	748	727	494	565	1.055	654	683
Uva	10.188	4.345	6.467	6.337	3.456	4.445	8.148	7.419	10.512
Ameixa	8.158	6.255	6.779	5.846	4.059	4.319	8.769	9.451	18.214
Damasco	896	496	954	247	335	302	587	769	16.774
Outras	363	596	918	536	567	588	294	253	573
Total	120.712	108.160	103.541	72.775	50.294	50.139	84.966	93.275	119.129

Fonte: Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil (CACEX).